

Periferia urbana no Brasil periférico: uma breve reflexão

Jaiane da Silva Souza¹

Resumo. O presente artigo foi desenvolvido em 2023 como produto de uma disciplina da pós-graduação. Almejamos relacionar a produção/reprodução de periferias urbanas com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Nesse sentido aproveitamos as leituras e discussões realizadas durante a disciplina para refletirmos a periferia urbana em sua totalidade (SANTOS, 2004), apresentando sua forma e conteúdo em diferentes momentos do capitalismo dependente. Ressaltamos as ações dos agentes sociais que produzem o espaço urbano (CORRÊA, 2011), sobretudo as ações que perpetuam as desigualdades materializadas nas periferias. Durante o processo de pesquisa ficou evidente a importância em considerar a formação socioespacial brasileira para compreender tanto as ações dos agentes sociais quanto as desigualdades tão presentes nos espaços periféricos. Por outro lado, destacamos a discussão acerca das periferias urbanas sob o olhar dos sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2013), que sobretudo expõe as subjetividades que conformam as periferias complexas da contemporaneidade.

Palavras-chave: Periferia urbana; Capitalismo dependente; Agentes sociais.

URBAN PERIPHERY IN PERIPHERAL BRAZIL: A BRIEF REFLECTION

Abstract. This article was developed in 2023 as a product of a postgraduate course. We aim to relate the production/reproduction of urban peripheries with the development of the capitalist mode of production in Brazil. In this sense, we took advantage of the readings and discussions carried out during the course to reflect on the urban periphery in its entirety (SANTOS, 2004), presenting its form and content at different moments of dependent capitalism. We highlight the actions of social agents that produce urban space (CORRÊA, 2011), especially the actions that perpetuate inequalities materialized in the peripheries. During the research process, the importance of considering Brazilian socio-spatial formation to understand both the actions of social agents and the inequalities so present in peripheral spaces became evident. On the other hand, we highlight the discussion about urban peripheries from the perspective of peripheral subjects (D'ANDREA, 2013), which above all exposes the subjectivities that shape the complex peripheries of contemporary times.

Keywords: Urban periphery; Dependent capitalism; Social agents.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPTL. jaianeufms@hotmail.com

Introdução

O presente trabalho reúne esforços em refletirmos sobre periferias urbanas no contexto periférico do Brasil no sistema capitalista, bem como compreender as ações dos agentes sociais produtores do espaço urbano junto as periferias urbanas.

Temos como objetivo relacionar a produção/reprodução das periferias urbanas brasileiras com o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Para tanto, intentamos elucidar as ações dos agentes sociais que produzem o espaço a partir das relações capitalistas.

Assim, utilizaremos totalidade e formação socioespacial como categorias de análise. Pois, concordamos com Santos (2004) ao discutir a importância da totalidade nos estudos da Geografia destaca que sem essa categoria não conseguimos compreender as contradições inerentes nas relações sociais que produzem o espaço. E ele continua, para alcançarmos a totalidade é importante entendermos que ela pode mudar de acordo com o espaço-tempo, aqui a importância em considerarmos a formação social como ponto de partida nas análises dentro da Geografia.

De acordo com Santos (1977, p. 91) “O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas.” Nesse sentido, voltemos a formação social do Brasil, que assim como em outros países da América Latina, foi primeiramente marcado pelo colonialismo e escravidão, reforçando o caráter agroexportador de produção.

Ressaltamos que a categoria de formação socioespacial trabalhada por Santos (2004, p. 236) “[...] A formação social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo.” Nos direciona a compreender as transformações de ordem espacial, sem perder de vista à ordem econômica, social e política que atribuem um valor específico, as coisas, aos homens e as ações, a depender do tempo-espaço em questão.

Materiais e métodos

O presente artigo foi apresentado como avaliação na disciplina Dinâmicas Territoriais e a Geografia do Capitalismo no Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFMS/CPTL, portanto, nossa intenção é um diálogo entre o que fora trabalhado ao longo da disciplina e o conceito de periferia urbana (KOVARICK, 1979) e (D’ANDREA, 2013) que trabalha com o conceito a partir do próprio espaço periférico, utilizando além dos elementos físicos que caracterizam a periferia, as subjetividades nas relações dos sujeitos periféricos.

Nossos esforços se deram durante as aulas, espaços de diálogos e discussões sobre os temas propostos. Em um segundo momento a releitura de textos selecionados para contribuírem na escrita deste trabalho e o próprio processo de escrita.

No primeiro momento, escolhemos quais categorias estudadas na disciplina poderiam nos oferecer suporte para uma discussão teórica sobre periferia urbana para que depois pudéssemos fazer o exercício de refletir e de escrita. Destacamos o uso das categorias, formação socioespacial e totalidade (SANTOS, 2004) para análise e compreensão das periferias urbanas sob a égide do sistema capitalista.

Entendendo que a noção de totalidade foi revisitada durante o processo de mundialização do capitalismo, onde “dominado por um modo de produção, o mundo cria objetos segundo uma certa *ordem histórica*, uma história que envolve a totalidade dos países (SANTOS, 2004, p. 236). Assim, a noção de totalidade ganha uma nova importância para o sistema capitalista, mas ao mesmo tempo desperta “uma tomada de consciência que não estava nos planos do sistema suscitar (SANTOS, 2004, p. 237)”.

É nesse interim que percebemos ao ler D'Andrea (2013), essa tomada de consciência, sobretudo na década de 1990 onde os sujeitos periféricos iniciam um processo de denúncia do que acontecia nas periferias a partir das próprias características até então a elas relacionadas, pobreza e violência. Em seguida uma superação desse par, com o reconhecimento de que existem cultura e potencialidades nos espaços periféricos, agregando complexidades em sua produção e reprodução que só são possíveis de compreender a partir de sua totalidade.

Já a categoria de formação socioespacial discutida em Santos (2004) nos ajuda pensar as periferias urbanas em diferentes espaço-tempo, pois como afirmou Corrêa (2011, 43) “Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista [...]”. E como veremos na seção seguinte, são os agentes sociais, Estado, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos que estão no centro das discussões sobre periferias urbanas no contexto do Brasil periférico.

Santos (2004) insiste que a categoria de formação socioespacial pode nos direcionar a uma teoria espacial válida e nos afastar das dicotomias presentes nos debates da geografia. Considerar as formações socioespaciais não como acontecimentos históricos que ficaram no passado, mas que se somam ao presente. “[...] Acima de tudo, a base fundamental da explicação vem da produção, isto é, do trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, espaço com o qual o grupo se confronta (SANTOS, 2004, p. 246).”

Ou seja, o trabalho do homem é o que transforma o espaço que em diferentes espaço-tempo continua sendo onde os grupos se confrontam, e esses confrontos só podem ser compreendidos a partir da formação socioespacial que nos possibilita uma compreensão da totalidade, aspectos econômicos, sociais e espaciais que moldam determinado espaço-tempo.

Ressaltamos que esse trabalho é uma breve reflexão sobre o conceito de periferia urbana sob a luz das noções de totalidade e formação socioespacial, considerando a posição periférica do Brasil no sistema capitalista.

Periferias urbanas no Brasil periférico

Para refletirmos sobre as periferias urbanas brasileiras em sua totalidade, iniciaremos com a abordagem da formação social desses espaços, para assim identificarmos apoiados em Kovarick (1979) e D'Andréa (2013) os processos, formas e conteúdo que produzem e reproduzem esses espaços. Utilizamos Santos (2004, p. 237) para justificar a importância dessa análise:

Todos os aspectos da vida social são importantes, nenhum deles, em si mesmo, tendo primazia sobre os outros. Isso é uma garantia contra uma epistemologia dogmática e imóvel, que não tome em consideração a totalidade e os seus movimentos. Isso também nos proíbe de considerar cada elemento da “sociedade total” como se ele guardasse a mesma significação no correr do tempo. Devemos considerá-los como o que são, isto é, variáveis, cujo valor, a cada momento, é dado pela nova totalidade criada pelo movimento da totalidade social preexistente e sua transformação; a noção de tempo empírico, isto é, o tempo da história real de seres concretos: homens, coisas, ações.

Em nossa discussão teórica almejamos apresentar a periferia urbana enquanto local distante do centro, ocupado por trabalhadores, caracterizada por certa falta de infraestrutura urbana e com outras precariedades; e a periferia contemporânea que começa a ser estudada e compreendida pelos próprios sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2020) que agregam subjetividades e potencialidades na análise da periferia.

Pois é notório as transformações nos espaços periféricos, desde quando os agentes sociais proprietários dos meios de produção do século XIX, início do século XX, são os responsáveis pela

moradia dos trabalhadores, até logo após a segunda metade do século XX, quando essa responsabilidade é passada para o próprio trabalhador e o Estado assume as responsabilidades com infraestruturas urbanas. E o final do século XX quando os trabalhadores se reconhecem periféricos e buscam na educação e cultura serem resistência ao que está imposto para os sujeitos periféricos. Estamos considerando apenas a moradia como um elemento que mudou ao longo do desenvolvimento capitalista, quando pensamos em consumo, por exemplo, essas transformações são muito mais profundas.

Dialogando com Santos (2004) podemos reforçar o ideário sobre como aspectos da vida social que com o movimento da totalidade produzem e reproduzem os espaços. Ainda sobre a produção/reprodução do espaço, Corrêa (2011) chama atenção para o fato que esse processo é ditado por intencionalidades dos agentes sociais concretos.

Adiantamos que segundo Corrêa (2011), os agentes sociais são muitos², alguns agem em maior ou menor intensidade no processo de produção do espaço. Nesse sentido, nos esforçamos em discutir as relações entre os proprietários dos meios de produção, as multinacionais que investem no Brasil, grupos sociais que residem nas periferias e o Estado que muito contribui para a manutenção das contradições no espaço urbano.

Campos Filho (1992) retrata em seu trabalho como os agentes sociais reproduzem os espaços periféricos no final do século XIX evidenciando as características de uma classe dominante com interesses próprios e de um Estado que pouco faz ou não faz, pelos grupos sociais excluídos. O autor revela que o Estado “prefere-se manter desobrigado de levar a infraestrutura a essa periferia urbana nascente, pois não possui recursos para tal, em decorrência do modelo de desenvolvimento elitista e voltado para o mercado externo” (CAMPOS FILHO, 1992, p. 36).

Por certo, essa negligência do Estado em resposta ao modelo de desenvolvimento confirma o que Osório (2019) afirmou ser as diferenças qualitativas entre periferia e centro que vão além da diferença de intensidade de alguns processos. No capitalismo central no século XIX “houve a necessidade de incorporar massiva e ativamente sua população assalariada ao consumo, integrando-a ao mercado interno” (OSÓRIO, 2019, p. 185).

Já no Capitalismo periférico que seguiu o período colonial – a produção era voltada para atender o mercado externo, principalmente, os países centrais, o que caracterizou o modelo agromineiro exportador, ou seja, o mercado interno ficou em segundo plano dentro das políticas nacionais (OSÓRIO, 2019). Nesse sentido podemos afirmar que o Brasil dependente atua de forma atender interesses privados nacionais e internacionais desde muito antes do que conhecemos por mundialização do capital.

Utilizaremos de Kovarick (1979) para entendermos qual a relação da industrialização e o aparecimento de moradias precárias nas periferias do Brasil no século XX. De acordo com o autor mencionado até meados dos anos 1930, o problema de moradia dos trabalhadores das indústrias era resolvido com “vilas operárias” quase sempre próximas as fábricas e construídas pelas próprias empresas, sem dúvida o fornecimento de moradias abaixava os salários dos trabalhadores e era mais lucrativo para as empresas. Mas, com o rápido aumento da presença de mão-de-obra disponível nos grandes centros, consequência do processo de industrialização, as empresas não enxergam mais vantagem lucrativa em ceder moradia para seus funcionários, pois devido ao aumento da disponibilidade de mão-de-obra, os salários já poderiam ser rebaixados.

Dessa maneira, houve a transferência de responsabilidade da moradia e gastos com mobilidade para os trabalhadores, e para o Estado coube as responsabilidades com os serviços de infraestrutura urbana. A questão de moradia passa a ser vinculada com as relações econômicas no

² Consultar: CORRÊA, 2011, p. 46.

mercado imobiliário. Ou seja, mais uma forma de acumulação do capital que advém do trabalhador assalariado.

A partir de então surge no cenário urbano o que passou a ser designado de “periferia”: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica (KOVARICK, 1979, p. 31).

Ademais, o fragmento acima elucidada o que Osório (2019) tratou como a relação centro e periferia ser duas caras do mesmo processo de expansão capitalista que não acontece de forma homogênea e revela assim, um sistema capitalista heterogêneo e que gera todo tipo de desigualdades. Pois, ao mesmo tempo em que temos um incipiente processo de industrialização no Brasil, temos por outro lado problemas sociais que afetam boa parte da população, a deixando sem condições mínimas de reprodução dignas de vida. Quanto mais as regiões periféricas crescem, maiores são os desequilíbrios sociais, econômicos e políticos (SANTOS, 2018).

Não obstante, podemos considerar Santos (2018) ao escrever como a classe dominante periférica explora duplamente os trabalhadores.

Deste modo, esta classe dominante garante não somente uma ampla margem de produção expropriável, mas também se aproveita do baixo nível de reivindicações dos trabalhadores e dos consumidores do sistema que domina. O resultado é, portanto, um sistema de exploração duplicado do trabalho (SANTOS, 2018, p. 62).

Nos parágrafos acima fica claro como os proprietários dos meios de produção e os detentores de terras exploraram os trabalhadores no início do processo de industrialização brasileiro. Além do mais, Kovarick (1979) continua elucidando de que maneira os pobres são afastados das áreas centrais da grande São Paulo, e explora a questão do surto de industrialização pós década de 30 que segue o eixo ferroviário impulsionando novas atividades econômicas por onde passa.

Dialogando com Santos (2018) verificamos como a classe dominante dependente se apoia em tecnologias advindas de outros contextos, não dependentes, para aumento da capacidade produtiva e ganho de poder sob os demais setores da população, no caso a população que habita as áreas periféricas quase sem nenhuma infraestrutura.

Quanto a ação do Estado atrelado aos empreendedores imobiliários e com o processo de industrialização da grande São Paulo, o Estado negligenciava as condições desumanas em que viviam os moradores de favelas, cortiços, alojamentos provisórios nas cidades dormitórios. E não sendo o suficiente, na década de 1960 promoveu “limpezas” com projetos de revitalização de prédios que custavam muito dinheiro, não podendo os moradores pagarem e assim eram obrigados a mudarem para outro lugar onde o mercado imobiliário ainda não estava tão dominante Kovarick (1979).

Essa ação dos agentes sociais que negligenciam trabalhadores a favor dos empreendedores imobiliários pode ser explicada pelo que Osório (2019) chama de “soberania fraca frente a um poder político forte” (OSÓRIO, 2019, p. 191). Ou seja, a classe dominante periférica tem seus projetos de desenvolvimento atrelados as necessidades da burguesia dominante, mas essa classe dominante periférica conta com forte poder político para executar seus projetos em nível nacional.

Isso fica evidente quando consideramos a importação de tecnologias obsoletas do centro para periferia, e também quando empresas e Estado negligenciam os trabalhadores, distanciando-os cada vez mais dos postos de trabalhos, e claro, diminuindo esse número de trabalhos.

Essa condição de soberania dos países periféricos é importante não apenas para as classes dominantes da periferia como também para as classes dos países hegemônicos e centrais,

sobretudo, no período de acumulação flexível quando os países centrais em forma de multinacionais e/ou conglomerados buscam uma expansão geográfica para sua produção e investimentos. O capital industrial muito se aproxima e as vezes se confunde com o capital financeiro.

Período que conhecemos como mundialização do mundo (SANTOS, 2004) marcado pela desconcentração da produção capitalista e o que Harvey (1992) chama de período da acumulação flexível. A rigidez em que consistia o modo de produção fordista estava em crise e não conseguia mais conter as contradições no interior do sistema capitalista. Algumas das ações das corporações industriais para tentar conter a inflação e a crise de superprodução foi elencado pelo autor:

[...] A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 1992, p. 137).

Essas estratégias identificadas por Harvey (1992) como antecessoras do período de acumulação flexível são as bases para a sociedade como conhecemos hoje, a sociedade do consumo e mundializada. Empresas buscam saídas para superar a crise do capitalismo, transferindo linhas de produção para os países periféricos. (SANTOS, 2018) afirma que esse movimento de transferência de tecnologias junto com as linhas de produção, obsoletas nos países centrais, e que substituem mão-de-obra nos países periféricos é um dos fenômenos que estão no centro das crises do capitalismo dependente, inegavelmente na América Latina.

Por conseguinte, essa transferência de tecnologias que pode ocasionar desenvolvimento na periferia, também origina problemas, pois a substituição nas formas de produzir com a inserção de técnicas e tecnologias modernas diminui a força de trabalho no processo produtivo muitas vezes em países que estão em crescimento demográfico vegetativo e migratório e de acordo com Santos (2018, p. 65) “o resultado desse processo é a marginalidade crescente de amplos setores da população urbana e rural, que passam a constituir uma espécie de subproletariado”.

Retomemos então a discussão sobre periferia urbana, que com a mundialização do capital é reproduzida com novas formas e conteúdo, podemos entender que a periferia urbana no Brasil é materializada a partir das relações sociais expressas no capitalismo dependente que reproduz contradições.

D’Andréa (2013) problematiza o alargamento do termo periferia e ao mesmo tempo explica a interrelação entre periferia e periférico, a partir do momento em que os moradores das periferias se auto reconhecem como periféricos. A saber, o autor retoma a década de 1990 para entender o uso do termo periferia denotado de um significado crítico do termo pelos próprios moradores. O autor interpreta as letras do grupo Racionais MC’s que trazem consigo a “expressão bem mais acabada da subjetividade de periferia, enfatizaram as características de pobreza e violência da periferia em suas letras” (D’ANDRÉA, 2013, p. 134).

A justificativa do autor em analisar as letras dos Racionais está na totalidade do espaço da grande São Paulo da década de 1990. Ele argumenta que:

Para entender o posicionamento do grupo, é necessário voltar o olhar àquela década de 1990. No que se refere à economia nacional, os governantes se empenhavam em acabar com uma inflação galopante por meio de sucessivos planos econômicos. A pobreza e a recessão aumentavam, assim como as desigualdades sociais. No plano social, a violência crescia e os homicídios nas grandes cidades chegavam a índices alarmantes. As chacinas se acumulavam e a periferia contava seus mortos dia a dia. As taxas de desemprego batiam

recordes. Em São Paulo, o transporte público era privatizado e intensificavam-se as remoções de favela. A tensão social era patente (D'ANDRÉA, 2013, p. 134).

Por outro lado, o discurso de prosperidade ganhava as ruas do Brasil, e convenciam a população de que o sistema econômico por fim acabaria com as desigualdades, porém o que temos no início da década de 1990 é: “o capital passou a ser mais volátil, e a economia brasileira ainda mais dependente da ciranda financeira internacional” (D'ANDRÉA, 2013, p. 134). A música dos Racionais buscava expor os antagonismos da cidade mais atenuado com as políticas neoliberais, eles apresentavam o cotidiano na periferia, a violência e pobreza que permeava esse espaço em forma de crítica e denúncia.

Mais uma vez é possível confirmarmos o fato de que a classe dominante pensava nos seus interesses próprios e era quem estava integrada a sociedade do consumo, como bem ilustra D'Andréa (2013), os condomínios fechados sinônimos de luxo passam a aparecer, a frota de automóveis aumenta e São Paulo possui a segunda maior frota de helicópteros na década de 1990. Ou seja, enquanto a classe dominante se inseria no novo modelo econômico da acumulação flexível, os moradores das periferias viviam cotidianamente com a pobreza e a violência, e o Estado negligente só aparecia na periferia muitas vezes para materializar sua soberania, sob aquele espaço, com uso da violência policial (ALVES, 2018).

Desse modo, concordamos com Santos (2018) que o capitalismo dependente é essencialmente excludente em seu crescimento. A pobreza aumenta ao mesmo tempo em que nomes de milionários brasileiros são divulgados (OSÓRIO, 2019).

Isso acontece devido a interconexão entre os grupos locais das nações periféricas e o capital transacional financeiro e industrial que permeia nosso território aumentando as desigualdades sociais no espaço (OSÓRIO, 2019), para que assim, a acumulação de lucro seja cada vez maior dentro do mercado interno. Todavia, não podemos atribuir as desigualdades sendo apenas das periferias urbanas.

A saída proposta pelos moradores dos bairros populares para dar conta de seu lugar no mundo a partir de categorias estigmatizantes como violência e pobreza foi, no mínimo, inteligente. Por um lado, realçava essas características. Isso servia para criticar o falso consenso social do momento e para vocalizar a exigência política de uma ação pública para superar aquele contexto de abandono. Por outro lado, e se contrapondo a visão estigmatizante operada por parte da mídia, superava a ótica da circunscrição dos problemas da periferia, como se tais fenômenos fossem endógenos e particularidades desse território geográfico. Desde sempre, o discurso dos moradores da periferia sobre a própria periferia, formulado em meados da década de 1990, aponta: o problema é a desigualdade social; o problema é a sociedade como um todo; o problema é a polícia que vem de “lá” matar “aqui”; o problema são os políticos, os “playboys”; o problema são os Zé Povinho, que reproduzem o discurso do outro lado. A periferia pode ser, em larga medida, onde “se encontrava” o problema, ela não “era” o problema. O problema era a sociedade como um todo, mas a corda sempre arrebenta do lado mais fraco (D'ANDRÉA, 2013, p. 137).

E como exposto acima, os problemas nas/das periferias urbanas foram produzidos e reproduzidos por ações de agentes sociais concretos, quando não dotavam de infraestruturas os locais de moradias dos trabalhadores e/ou desempregados, quando obrigavam os pobres habitarem locais impróprios de risco e as periferias distante do centro, do local de trabalho para que a especulação imobiliária acontecesse. O mais alarmante é que a sociedade brasileira continua reproduzindo esse modelo de negligenciar esses problemas sociais urbano das moradias precárias, da violência urbana entre outros.

No que diz respeito a complexidade do conceito de periferia D'Andréa (2013) relata que houve uma passagem de elementos que compreendem o que é periferia, pobreza e violência para pobreza, violência, cultura e potência. E ainda segundo o autor, a periferia é entendida a partir do sujeito periférico que se reconhece como tal, tem sentimento de orgulho em ser periférico e a partir dessa condição age politicamente.

A partir dessa abordagem de periferia urbana considerando o sujeito periférico, avançamos para compreender a periferia além dos limites físicos do espaço urbano, podendo um espaço ser periférico mesmo não distante do centro urbano, até mesmo porque com o policentrismo novos centros surgem no espaço urbano, e a tendência a fragmentação urbana aparece no interior das grandes cidades brasileiras.

Relacionamos a complexidade do espaço urbano contemporâneo, especificamente tratando dos espaços periféricos na fase de acumulação flexível do capital onde os conglomerados se territorializam nos países periféricos fortalecendo alianças com a classe dominante local que intensifica seu papel em atingir os interesses do centro. No Brasil acontece as alianças no campo político também, muito rotineiro que a própria classe dominante ocupe as instituições do Estado, que por sua vez aparece com sua soberania ainda mais limitada e muitas vezes usando de forças violentas nas periferias urbana para fins de domínio daquela população.

Mas por outro lado, como D'Andrea (2013) evidenciou a população periférica por ele chamada de sujeitos periféricos (D'ANDREA, 2013) estão sendo força e resistência que reconhecendo as potencialidades dos espaços periféricos produzem uma identidade de orgulho e atuação política que vem transformando o conteúdo, as subjetividades das periferias urbanas brasileiras.

Considerações finais

A periferia entendida como subjetiva, a partir dos sujeitos periféricos na compreensão de sua complexidade como reflexo das desigualdades acometidas pelo capitalismo, a fim de realizar acumulação capitalista a partir das contradições que permeiam o espaço urbano nos possibilitou compreendermos como o Brasil periférico atua na produção/reprodução das periferias urbanas.

Utilizando os agentes sociais que produzem o espaço urbano, nesse texto tratados como Estado dependente, proprietários dos meios de produção, na figura da classe dominante periférica e o grupo social dos excluídos sendo os moradores das periferias urbanas. Assim, fizemos uma reflexão sobre como a condição periférica determina a produção da cidade, moldada a partir da ação dos agentes sociais concretos (CORRÊA, 2011).

Ademais, vimos como a formação socioespacial brasileira contribui para compreensão da totalidade das periferias urbanas em cada espaço-tempo aqui apresentado, nas primeiras periferias no século XIX, em seguida início do século XX e o momento de alargamento desse conceito e sua utilização pelos moradores no contexto do neoliberalismo.

Por fim, acreditamos que a Teoria da Dependência Marxista pode contribuir para analisarmos e interpretarmos as desigualdades socioespaciais no espaço urbano, acreditamos que esse breve ensaio pode ser um passo, mesmo que pequeno, no sentido de se trabalhar com essa temática.

Principalmente quando consideramos os agentes sociais que produzem o espaço urbano em maior ou menor intensidade. Pois, ficou evidente que esses agentes priorizam demandas externas, ou seja, seguem as premissas de um capitalismo dependente que explora e deteriora nossa sociedade, seja no âmbito do trabalho ou nas relações sociais que extrapolam o mundo do trabalho, como bem esclarece D'Andréa (2013) a periferia urbana não é consequência das relações de

trabalho, mas sim do processo de urbanização e respectivamente nas relações sociais que forjam as cidades tais como a vivenciamos.

Dessa forma, reafirmamos que esse ensaio é uma breve reflexão das discussões em sala de aula e o conceito de periferia urbana, estando longe de esgotar as discussões sobre o tema. Entendemos que as categorias de análise formação socioespacial e totalidade podem e devem serem utilizadas nos estudos sobre periferia urbana no contexto de dependência do Brasil, já que esses espaços periféricos surgiram e continuam se reproduzindo, mesmo que com outros elementos que o conformem, como reflexo das contradições inerentes ao sistema capitalista e as relações de dependência tanto do Estado quanto dos que detém capital em nosso país.

Agradecimentos

Aproveito o espaço para agradecer ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. E agradeço o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil.

Referências

- ALVES, J. A. Macabre Spatialities. Necropolis. In: _____. **The Anti-Black City.** Police Terror and Black Urban Life in Brazil. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018, p. 37-71.
- CAMPOS FILHO, C. M. A urbanização no Brasil. In: _____. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo: Studio Nobel. 1992, p. 29 – 44.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala, e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L., SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto. 2011, p. 41 – 52.
- D' ANDRÉA, T. P. De uma nova subjetividade ao sujeito periférico. In: _____. **A formação dos sujeitos periféricos:** cultura e política na periferia de São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. 2013, p. 132 - 179.
- HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível (Cap. 9). In: _____. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 135-162.
- KOVARICK, L. A ordem da desordem. In: _____. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 29 a 54.
- OSÓRIO, J. O Estado no centro da mundialização. In: _____. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. Expressão Popular: São Paulo, 2019, p. 179 – 203.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia.** v. 54, jun. 1977, p. 81 – 100.
- SANTOS, M. As noções de totalidade, de formação social e a renovação da Geografia. In: _____. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6a Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2004, p. 235 - 247.
- SANTOS, T. A. A crise latino-americana. In: _____. **Socialismo ou fascismo:** o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018, p. 61 – 78.